



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 19 DE
SETEMBRO DE 2014 -----**

Aos dezanove do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

Faltaram à presente sessão os deputados municipais João Armando Saraiva Pereira de Almeida e Armindo Marinho Henrique, tendo apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Oliveira Silva, membro do executivo da Freguesia de Mondim de Basto. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei, José Marcelino Gonçalves da Silva, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Agostinho Mota Pereira, membro do executivo da Freguesia de Mondim de Basto. -----

O deputado municipal António Carvalho Gravelos, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge da Silva Miguel. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, após ter verificado a identidade e a legitimidade do cidadão Joaquim Silva da Costa, eleito pelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

listas do Partido Socialista (PS), investiu-o nas funções de membro da Assembleia Municipal de Mondim de Basto. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, passando a ler o pedido de demissão do deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, pedido na origem do primeiro ponto da ordem de trabalhos, que se passa a transcrever: *«José Francisco Teixeira Lopes, Primeiro Secretário da Mesa dessa Assembleia, venho informar que, não me é possível continuar como eleito desse órgão, por não reunir as condições que me permitam desempenhar com assiduidade as funções que a mesma exige. Gostaria ainda de agradecer ao Partido Socialista a oportunidade que me deu de ao longo dos últimos nove anos dar a minha contribuição em defesa dos mais complementares direitos dos munícipes de Mondim de Basto e principalmente dos mais pobres. Queria ainda aproveitar esta oportunidade para pedir desculpa a todos por alguma palavra menos correta que no calor da discussão possa ter dito. Terminando desejando-lhes boa sorte nas decisões que venham a tomar para o desenvolvimento e bem-estar de todos os Mondinenses. Agradeço que este pedido seja lido na próxima Assembleia Municipal»*. -----

Antes da ordem do dia -----

1.1 Eleição do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal -

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos referindo que os deputados municipais podiam apresentar as suas propostas sobre este ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal Artur Jorge Silva Miguel usou da palavra para apresentar a proposta do Partido Socialista que propõe uma recomposição da Mesa da Assembleia, com a passagem para Primeira Secretária da deputada Maria Fernanda Lemos Cunhas e a eleição para o cargo de Segunda Secretária da deputada Joana Assunção Faria Cunha Alegre. -----

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo sido **aprovada por maioria a proposta do Partido Socialista, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções.** -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para lamentar as razões dos impedimentos do senhor José Francisco Teixeira Lopes, eleito para esta Assembleia, do qual o separam algumas questões, mas que não deixa nunca de o lembrar como uma pessoa preocupada com aquilo em que acredita, desejando-lhe as maiores felicidades.

1.2 - Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para referir que os membros eleitos pelo PPD-PSD iriam dar constituição ao Grupo Parlamentar, entregando um requerimento à Mesa que se passa a transcrever: *«Dando cumprimento ao regimento em vigor nesta Assembleia Municipal de Mondim de Basto, venho informar que o Grupo Municipal do PPD-PSD é constituído pelos seguintes elementos: Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça, Maria Altina da Costa Carvalho, Francisco Miguel Barros da Silva Ramos e Marília Coelho Ribeiro Costa. O respetivo grupo é liderado por Francisco Miguel Barros da Silva Ramos»*. De seguida usou da palavra para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara e manifestar, relativamente a uma delas, a sua tristeza e o seu descontentamento que se prende com o facto de o executivo não ter aceite a proposta de alteração do horário da realização das reuniões do executivo, não permitindo assim a participação de cidadãos legitimamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

eleitos para a vereação. Referiu que se celebrou há poucos dias os quarenta anos da democracia em Portugal mas, com situações como esta, considera que não se percebe ainda o que é a democracia na sua plenitude e, com todo o respeito, não consegue compreender que o motivo para a recusa possa ser os funcionários pois estes têm demonstrado grande voluntariedade em todas as atividades públicas, nomeadamente com a Assembleia Municipal e com outras iniciativas realizadas pelo executivo deste município. De seguida apresentou um conjunto de questões. A primeira prende-se com os denominados Espaços do Cidadão questionando sobre o que é que se passou para que a Câmara de Mondim de Basto não tenha apresentado uma candidatura ou, se apresentou, porque é que não foi aprovada. A segunda questão prende-se com as festas do concelho que, na sua opinião pessoal, correram mal. Considera que não houve grande dinamismo nem inovação pelo que questionou, uma vez que a desculpa ou justificação para esta falta de dinamismo tem sido a situação financeira da Câmara, se o executivo não está disposto a criar uma comissão de festas onde envolva outras forças vivas do concelho, criando alguma autonomia funcional e financeira para que se possa dar outro timbre às festas do concelho. A terceira pergunta prende-se com o atual estado económico do concelho pelo que solicitou que o senhor Presidente da Câmara explicasse o porquê de, nos últimos anos, não ter havido no concelho nenhum investimento privado de um valor considerável e criador de emprego. E, neste seguimento, também questionou o executivo sobre a existência de algum plano de ação para inverter esta falta de investimento privado que não tem criado qualquer emprego nos últimos tempos. -----

O representante da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Avelino Oliveira Silva, usou da palavra para dirigir a sua primeira questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que a última ata fazia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

referência a um conjunto de documentação solicitada e que, lamentavelmente, não tiveram acesso aos documentos. Foi também pedido um conjunto de documentação que também não chegou. Pensou que essa informação seria fornecida nesta Assembleia mas considera que, quando a documentação é solicitada para poder ser apreciada, pelo menos deveria ter sido entregue quando se enviaram os documentos. Realçou que, quando a Câmara fala em transparência, se questiona se será assim tão transparente pois quando não são fornecidos os documentos que, legitimamente, são pedidos por membros da Assembleia Municipal a formular um conjunto de questões e não têm acesso aos documentos, presume que será necessário recorrer junto das entidades legais para pedir que sejam fornecidos os documentos pelo que, depois, o senhor Presidente de Câmara se queixa de que mais uma vez os partidos políticos apelam e invocam o tribunal. -----

O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para referir que tinha a informação de que as respostas estavam prontas mas que, como se sabia que a pessoa que os solicitou não estaria presente, as mesmas seriam enviadas na segunda-feira pelo correio. -----

Ainda no uso da palavra, o representante da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Avelino Oliveira Silva abordou outra questão. Referiu que esteve em Ermelo e que as pessoas de Ermelo lhe fizeram um apanágio de algumas situações que revertem contra o turismo. Quando todos têm conhecimento de que há uma candidatura das Fisgas de Ermelo Património da Unesco, a questão que se coloca é que as pessoas que vão a Ermelo não conhecem caminhos, não há sinalização, não há informação, não há placas informativas e há um conjunto de lixos. Como é que se consegue promover o nosso turismo, promover as localidades, dar vida às aldeias, dar vida às freguesias, mostrar as belezas naturais do concelho, criar grandes candidaturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a dizer que realmente este é um concelho cheio de belezas naturais, que pode ser e deve ser promovido, e depois não se faz o essencial. Questionou sobre o que será que falta fazer. De seguida, colocou algumas questões relativamente à freguesia de Mondim. Relativamente à transferência de competências, tem conhecimento que há largos meses a esta parte a Câmara Municipal chamou os presidentes de junta uma vez que a Lei confere a possibilidade de a Câmara Municipal fazer essa transferência de competências para as freguesias e que a Junta de Mondim de Basto, até à data, aguarda resposta se a Câmara quer ou não quer transferir competências para as freguesias. Salientou que desejava ser esclarecido sobre a vontade da Câmara Municipal em transferir competências para as freguesias. Acrescentou que não podia deixar de realçar que, desde a última Assembleia até esta parte, os caminhos não foram limpos a tempo, o tempo também não permitiu verdade seja dita, mas há aqui de alguma forma um desleixo relativamente à forma como se limpam caminhos. Este é um assunto que deve ser debatido pois há um conjunto de caminhos que estão na competência da Câmara Municipal que estão completamente esburacados e intransitáveis. Questionou sobre quando é que a Câmara Municipal está a pensar investir e reparar os caminhos que estão neste momento intransitáveis. Por fim colocou uma questão que tem a ver com a questão da toponímia. A Câmara, recentemente, porque a Lei assim obriga, solicitou um parecer à Junta de Freguesia relativamente a um caminho recém-inaugurado (Diekirch) e prestou uma informação falsa depois porque a Junta de Freguesia emitiu parecer mas não disse que era contra ou a favor do caminho. O que a Junta de Freguesia disse foi que, na emissão do seu parecer, a situação da toponímia e dos números de polícia era um assunto que devia estar resolvido. Aliás, estava à espera que este assunto estivesse aqui nesta Assembleia mas a verdade é que não apareceu. Esclareceu que a Junta de Freguesia não era contra a atribuição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de nomes que têm vindo a ser dados nesta freguesia mas contra o modelo que em seu entender não passa de uma estratégia populista, padecendo da falta de uma estratégia global e sustentada em estudos. Considera que a questão da toponímia é uma questão da maior relevância pelo grande significado e importância como pelo elemento de identificação, orientação e pela forma como é encarado o estudo do nosso património cultural. Considera que a atribuição de toponímia deve obedecer a um estudo de uma comissão de toponímia e que a atribuição de designação de toponímicas não deve ser influenciada por critérios subjetivos ou fatores de circunstância. Como tal, espera que se designe uma comissão de toponímia que faça um estudo e que diga quais devem ser as denominações e a sua fundamentação. -----

A senhora deputada municipal Marília Coelho Ribeiro Costa usou da palavra para referir que queria expressar neste ponto algumas questões que considera de interesse e relevância. Em primeiro lugar manifestou que considera inaceitável a estratégia ou metodologia usada para a preparação das assembleias municipais - tomou conhecimento da realização da assembleia por diferentes vias de comunicação com a devida antecedência (29 de agosto), só que não foi informada do ponto de ordem de trabalhos, bem como dos documentos de trabalho, sendo que estes chegam sempre às suas mãos com 4 a 5 dias úteis antes da realização da reunião de assembleia, não permitindo um estudo aprofundado dos assuntos. Questiona-se se será estratégia política, uma má gestão e organização de serviço ou será outra razão qualquer? Neste sentido apelou para que, logo que seja dada a conhecer a data da reunião, seja facultada a ordem de trabalhos, bem como toda a documentação de suporte. Outro assunto que move esta sua intervenção diz respeito aos requerimentos que tem feito à Mesa, sendo que de todos os requerimentos que fez apenas teve resposta aos dois últimos. Assim, requereu novamente a resposta aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

requerimentos que estão em atraso e com a maior brevidade possível. E por falar de respostas aos requerimentos, confessou que ficou estupefacta com a resposta dada que passou a ler: *«Em resposta ao solicitado por um membro da Assembleia do PPD-PSD relativo à solicitação do documento estratégico de desenvolvimento local, cumpre informar o seguinte: o documento solicitado é da responsabilidade da CIM-Ave e estando ainda em fase de elaboração só após a conclusão haverá oportunidade de cedência do mesmo.»*. Assim, considera que esta resposta, além de não dizer nada, incorpora uma ignorância total do funcionamento dos serviços públicos e um total desrespeito pelos eleitos deste município que de forma sadia querem participar e exercer uma cidadania ativa e construtiva. Ou seja, tanto se critica que os nossos atuais governantes não dialogam, apresentam as respostas sem discussão pública, mas afinal, faz-se do mesmo e muito do mesmo. Acrescentou que queria deixar o seu registo de repugna por não poderem contribuir com as suas perceções, com o seu saber, na conceção e elaboração de um documento (DEDL) que é a base sustentável de desenvolvimento global para o concelho. Quanto à resposta do segundo requerimento – Projeto de Arborização – passou a ler a resposta que lhe foi dada: *«Em resposta ao solicitado por um membro da Assembleia do PPD-PSD relativo à solicitação do projeto de arborização da via pública, cumpre informar o seguinte: Não existe projeto de arborização da via pública em Mondim de Basto. Os trabalhos realizados nesse âmbito têm sido feitos de acordo com as disponibilidades orçamentais e dos serviços municipais»*. Questionou como é que é possível arborizar a vila de Mondim de Basto sem um projeto que oriente o local de plantação de árvores, a quantidade de árvores a adquirir, o custo do projeto, o concurso público de aquisição do material, e outros? Mais ainda, não existe um projeto que fundamente a necessidade de arrancar árvores plantadas há um ano e colocar /plantar árvores novas? E porque, este assunto e a resposta dada pelo senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presidente da Câmara de Mondim de Basto, que além de não dizer nada, como de costume, suscita-lhe muitas dúvidas, requereu que lhe fosse facultada cópia de todas as faturas relativas à arborização da vila de Mondim de Basto durante os últimos quatro anos, para que se possa estudar e analisar o investimento e poder compreender a necessidade de substituição de “árvores novas” por “árvores novas”. De seguida apresentou uma outra questão que a move na sua intervenção que é a chamada Loja de Proximidade ou Espaço do Cidadão. Leu nos órgãos de comunicação social que a Câmara Municipal de Mondim de Basto, recusou a implementação da “loja de proximidade”. Considera que, mais uma vez se decide, sem diálogo e discussão. Primeiro desconhece-se os fundamentos de tal decisão. Segundo não deveria o senhor presidente da Câmara Municipal ouvir a Assembleia Municipal e assim decidir de forma sustentada e articulada? Desconhece os motivos que levaram a tal decisão e que, sejam eles quais forem, considera que não vão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações. Face ao exposto, sugeriu ao senhor Presidente da Câmara Municipal que, logo que possa, apanhe o comboio para Lisboa a fim de se inscrever para a próxima jornada de implementação de “lojas de proximidade”, pois quanto mais tarde o fizer, mais vezes os habitantes do concelho têm que se deslocar aos concelhos vizinhos para tratarem de pequenos serviços, que só por falta de vontade política não os fazem no seu concelho. Para terminar, referiu um outro assunto que diz respeito ao que leu na comunicação social sobre a falta de recolha e limpeza do lixo, nomeadamente localizada nas fígas do Ermelo. Em nada estas situações contribuem para a divulgação turística bem como para a saudável convivência diária. Basta fazer uma pequena viagem de Mondim a Paradança e observar o lixo que povoa as valetas. Todos sabem que se trata de atitude cívica, e esta parece não existir. Caberá então aos organismos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

municipais a sua limpeza, conservação e a sua sensibilização de prevenção. Neste sentido, solicitou que fosse dada orientação aos serviços de recolha e tratamento dos lixos e que tomassem em consideração estes focos de contaminação. -----

De seguida usou da palavra o senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco para colocar duas questões. Uma delas prende-se com o protocolo estabelecido com a empresa ENEOP2 relativamente à instalação do parque eólico de Vila Cova. Referiu que tinha conhecimento de que o protocolo foi estabelecido depois de uma atribuição da Direção Geral de Energia e Geologia dando uma licença de estabelecimento para sete aerogeradores. Também tem conhecimento que a mesma empresa pediu o compromisso e empenho do município para a concessão de licenças e obtenção das mesmas no mais curto prazo de tempo propondo, como contrapartida, compensar o município com uma verba no valor de vinte mil euros por cada aerogerador, o que resultaria numa quantia de cento e quarenta mil euros. A questão que colocou refere-se ao facto de não entenderem bem se esta contrapartida é dada pela instalação e pelo licenciamento dos aerogeradores, se como compensação para qualquer aceleração na concessão da documentação necessária. Por outro lado, também não se entende muito bem se a Câmara, neste momento, já interveio na concessão do processo de atribuição de passagem da Declaração de Impacte Ambiental e se efetivamente já passou alguma declaração de viabilidade relativamente a esta matéria, ou se entra no processo neste momento e já depois da Direção de Energia e Geologia passar esta licença de estabelecimento. Como todos sabem, isto é para o parque de Vila Cova que fica próximo das Fisgas pelo que os deputados gostariam de ter a certeza que não resultará desta atribuição o sacrifício de nenhum dos direitos que assiste à defesa do ambiente no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

concelho. A sua segunda questão prende-se com o arruamento do Pousadouro. Registou que se assiste ao avanço de melhoramentos noutras zonas mas que neste núcleo populacional o mesmo não se verifica, pelo que gostaria de perguntar até porque, em tempos, houve um projeto de alargamento daquele arruamento. Como esse arruamento do seu lado sul tem um muro que pertence a uma propriedade onde habita, deu conhecimento ao senhor Presidente da Câmara conhecimento que, pela parte que lhe toca, autorizaria a que o muro fosse chegado, pelo menos, um metro para trás em todo o arruamento para que fosse possível o alargamento e não constituísse obstáculo ao alargamento necessário que permitisse uma circulação de veículos. -----

A senhora deputada municipal Maria Fernanda Lemos Cunha usou da palavra para dizer que é com muita satisfação que se dirige a esta Assembleia para agradecer ao executivo o facto de tudo ter feito para que a Banda Filarmónica de Mondim, que estava há muitos anos inativa, voltasse de novo a tocar. Considera que este acontecimento deixou os mondinenses, que gostavam e gostam de música, muito orgulhosos e ficaram com esperança de que de novo se poderá ver nesta terra a banda percorrer as ruas como noutros tempos. Salientou que ainda hoje tem saudades desses momentos e por isso foi com muito orgulho que veio assistir e que ficou deveras fascinada porque a sala estava repleta de gente que gostou de voltar a ver de novo a nossa filarmónica. Verificou que as pessoas aplaudiram de uma forma que nem todas as vezes se vê aplaudir e considera que esta sala deve voltar de novo a encher-se para ouvir a banda. Tem muito que agradecer a este executivo por ter feito voltar a nossa banda e, à sua semelhança, provavelmente muitos mondinenses estariam aqui e voltariam a agradecer ao senhor Presidente da Câmara e ao executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Referiu-se em primeiro lugar ao tom da questão colocada pelo senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos relativamente ao facto de que “o executivo não permitia a participação dos vereadores nas reuniões”. Entende que a forma como foi colocada esta questão pode levar as pessoas presentes a tirarem conclusões erradas porque, dito desta forma, parece que o executivo criou algum obstáculo. Ora a proposta que estava em cima da mesa da senhora deputada Aurora Peixoto e Pereira era que as reuniões se realizassem às dezanove horas. Considera que é preciso fazer esta distinção porque nunca o executivo se recusou a mudar as datas das reuniões. Também é verdade que nunca as senhoras vereadoras se recusaram, e já aconteceu, por motivos da sua própria agenda, não ser possível reunir e obteve toda a compreensão por parte das senhoras vereadoras. Esclareceu que aquilo que aconteceu foi que não podia assumir um compromisso de ter a Câmara a funcionar às sete horas da tarde durante o mandato inteiro. Considera que, até para ser rigoroso, o senhor deputado devia ter dito que também houve uma reunião que se realizou às sete da tarde a pedido da senhora vereadora. Considera que a sua pergunta é legítima mas o tom com que a colocou dá a ideia de que o executivo quer criar dificuldades à participação das vereadoras. É uma questão de bom senso e aquilo que aconteceu foi que houve uma proposta para realizar todas as reuniões às dezanove horas, tendo inclusive sondado alguns colegas que referiram que não é uma prática comum que as reuniões se realizem depois do horário laboral porque estas implicam a participação dos funcionários. Sobre esta questão, terminou dizendo que o executivo não tem nenhum interesse, por razões óbvias, em criar dificuldades. Sobre os Espaços do Cidadão, considera que também se criou aqui uma certa polémica. Entende que, quando se fazem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

as intervenções, se tem que tirar os elementos todos e solicitar informações, informações estas que estão nas atas, devendo as senhoras vereadoras fazer o trabalho de articulação. Relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Marília Coelho Ribeiro Costa e quando a mesma sugeriu que o Presidente da Câmara se metesse num comboio, referiu que já tinha agendado uma reunião na próxima semana (não sabe se vai de comboio ou de carro) com o senhor Secretário de Estado. Realçou que esta proposta foi à reunião de Câmara, teve a abstenção das senhoras vereadoras, não havendo aqui nada escondido, nem há nenhuma candidatura sobre esta matéria. O que houve foi que algumas comunidades intermunicipais foram escolhidas pelo senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa para servirem de experiência piloto para instalação de Espaços do Cidadão, entre as quais a CIM do Ave. Todos os municípios foram convidados para assinar um protocolo de adesão a esses Espaços do Cidadão. O que a Câmara de Mondim de Basto disse foi que, naquele momento, não assinaria enquanto não houvesse clarificação dos efeitos no concelho, em especial ao nível do encerramento dos serviços, da estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da Administração Pública. Mais referiu que, ainda hoje, se os senhores deputados tivessem estado presentes na cerimónia em que esteve o senhor Secretário de Estado da Administração Local, estas intervenções seriam condicionadas porque um membro do Governo assumiu hoje, no Centro Comunitário de Atei, que não vão encerrar serviços públicos. Portanto, numa base de compromisso e de boa-fé, ir-se-á negociar com o Governo e aquilo que for bom para o concelho será negociado. Salientou que não era movido por nenhuma atitude anti Governo, tendo havido de facto um parecer da Associação Nacional de Municípios a aconselhar os municípios a não aderirem enquanto esta situação não fosse clarificada, ao que acedeu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

porque considera que se o Governo não garantir que não encerra as finanças o município não deve instalar os Espaços do Cidadão mas que se disser que os serviços públicos que estão no concelho se vão manter então, aí, a Câmara pode e deve pensar em instalar os Espaços do Cidadão. Concluiu dizendo que a não assinatura do protocolo deveu-se a um princípio de precaução mas que iriam ser retomadas as pontas de diálogo. Sobre a questão das Festas do Concelho, não se querendo alongar muito sobre, esclareceu que se a comissão conseguir arranjar dinheiro para fazer umas festas com mais dias, com mais animação, está disponível para discutir o assunto. Realçou que a Câmara, no espaço de três semanas, em agosto, tem um investimento na Feira da Terra, na Volta a Portugal e nas Festas superior a cem mil euros e portanto o dinheiro não estica. Considera que não vale a pena entrar em comparação com outros municípios que têm duas vezes e meia o orçamento superior ao de Mondim de Basto. Afirmou que todos os projetos e iniciativas que a Câmara desenvolve são sempre possíveis de melhorar e as coisas melhoram se houver mais investimento. Sobre o estado económico do concelho e sobre o investimento privado, considera que esta questão é um problema do país e que num concelho como o de Mondim, que tem problemas de acessibilidades, naturalmente que este problema está agravado. Relativamente a uma das questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Avelino Oliveira Silva, que diz respeito à Assembleia mas que também diz respeito ao Executivo, quando afirma que «o executivo não é transparente» tendo já o senhor Presidente da Assembleia respondido, afirmou que, de facto, as respostas aos requerimentos estavam prontas e que seguiriam pelo correio devido ao facto do requerente não estar presente nesta Assembleia. Sobre esta questão da transparência, o senhor Presidente da Câmara, à semelhança do que já tinha afirmado na última Assembleia, reiterou que a Câmara, em relação a outras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

entidades, não recebe lições de transparência, pois se forem ao site da Câmara estão lá as atas, desconhecendo se estão no site da Junta, uma vez que já as procurou e não encontrou. Na sua opinião, a Assembleia está a agir dentro da perfeita legalidade. Relativamente à questão da freguesia de Mondim – transferência de competências – referiu que quando ia às outras freguesias via os caminhos limpos. As outras juntas não precisam de transferência de competências para fazer o trabalho. Sobre isto, acrescentou que viu no site da junta, e bem, que esta está a fazer intervenções em calçadas mas que para isso não precisou de protocolo. Entende que a Junta fez a opção de intervir nas calçadas medievais questionando sobre o porquê de não intervir no Pousadouro ou em Vilar de Viando. Considera que, quando dá jeito, a Junta faz, mas, quando aparece a questão das ervas, a culpa já é da Câmara porque a competência já é da Câmara. O senhor Presidente da Câmara considera que a Junta de Mondim, em relação às outras juntas, é privilegiada pois muitos dos assuntos tratados pelas Juntas de Freguesia, em Mondim são tratados pela Câmara (cemitérios, água, etc...), sendo que a Junta de Freguesia de Mondim de Basto é a freguesia mais aliviada do ponto de vista de atribuições pelo que deveria ser a última freguesia a fazer queixa contra a Câmara porque tem recursos e tem menos competências. Sobre a questão da toponímia levantada pelo senhor representante da Junta de Freguesia de Mondim, não tendo com ele os elementos, solicitou que lhe fosse dito onde é que a Câmara prestou uma informação falsa. Salientou que, sobre a toponímia, a Câmara está obrigada a pedir informação, por Lei, à Junta de Freguesia, tendo-o feito dentro dos prazos. A Câmara assumiu atribuir o nome de uma rua chamada Rua Cidade Diekirch, o assunto foi levado à reunião de Câmara e foi aprovado por unanimidade. Sobre a questão levantada pela senhora deputada Marília Coelho Ribeiro Costa, esclareceu que a ordem de trabalhos compete à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Mesa da Assembleia mas que da parte do executivo, que trabalha em articulação com a Mesa da Assembleia, se trabalha sempre dentro da legalidade. Quanto ao facto de se enviar a convocatória e só depois a documentação é um procedimento normal até porque, muitas vezes, alguns assuntos que vêm à reunião de Assembleia estão a aguardar a realização da reunião de Câmara. Tanto quanto tem conhecimento, a convocatória é enviada com a ordem de trabalhos e posteriormente é enviada a documentação e que sobre os serviços da Câmara a informação que tem é que funcionam na normalidade e que ninguém tem interesse nenhum em fazer chegar os documentos dois dias antes para não serem lidos. Manifestou a sua disponibilidade para fornecer à senhora deputada toda a informação e cópias necessárias. Sobre as questões da CIM do Ave e das árvores, referiu que a senhora deputada primeiro tinha dito que a Câmara não deu resposta mas que depois leu as respostas. Esclareceu que a resposta da Câmara foi normal pois se se pretende um documento da CIM este deve ser solicitado a essa entidade. Sobre o projeto de arborização, quando a senhora deputada disse que se tira uma árvore nova e se põe uma árvore nova, entende que deveria ter dito que se tira uma árvore seca e se põe uma árvore em condições. Quanto às duas questões colocadas pelo senhor deputado João Alarcão, afirmou que relativamente à questão do Pousadouro já tinha respondido, agradecendo a disponibilidade manifestada para ceder parte do terreno, mas é da opinião que deve haver uma intervenção conjunta entre a Câmara e a Junta de Freguesia porque a junta tem feito já intervenções noutros locais e certamente também estará disponível para fazer essa intervenção no Pousadouro. Sobre o protocolo com a ENEOP2, esclareceu que não iria acrescentar nada além daquilo que estava na reunião de Câmara e daquilo que é público, até porque não vinha documentado par tal, mas que houve de facto um protocolo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

assinado aquando da instalação do parque eólico no Bilhó, ainda no mandato anterior, e que este é um procedimento normal em que as empresas que fazem a instalação dos parques eólicos, por norma, contratualizam com a Câmara umas contrapartidas. Sobre a intervenção da senhora deputada Maria Fernanda Lemos Cunha, agradeceu o elogio e a partilha que fez sobre a satisfação da Banda de Música. Acha que também ficaria bem, da mesma forma que o próprio manifestou o seu agrado por duas intervenções que a Junta de Freguesia estava a fazer, a oposição vir aqui e reconhecer que a Câmara, por exemplo na área cultural, ressuscitou a Banda de Música, não perdem votos por isso, ou que esta semana, por exemplo, a Câmara colocou à disposição das pessoas a recuperação de uma escola, um Centro Comunitário. Não ficaria mal de vez em quando perder uns minutos do tempo para deixar cair alguma satisfação pelas coisas que vão acontecendo no concelho. De seguida passou a palavra ao senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva para responder às questões colocadas. -----

O senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva usou da palavra para deixar duas notas sobre as duas questões que foram levantadas. Uma tem a ver com as Fisgas de Ermelo ou com as condições que os turistas encontram ou não encontram, tendo sido falado aqui no tema do lixo. Informou que este ano, a pedido do ICNF, a Câmara de Mondim de Basto reforçou os pontos de deposição do lixo com dois contentores de seiscentos litros, tendo o próprio ICNF abdicado daquilo que são os caixotes do lixo que eles colocaram, que estão melhor enquadrados na paisagem, por reconhecer o problema, solicitando que a Câmara colocasse os seus caixotes verdes que não ficam tão enquadrados mas reforçam a capacidade de recolha do lixo. Este problema foi inclusive despoletado por uma publicação na Quercus de Vila Real, tendo o senhor vereador chamado a atenção para os comentários que se seguem à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

publicação no site da Quercus em que alguns deles falam, obviamente, na questão do serviço, mas muitos deles falam daquilo que passou aqui um bocadinho despercebido que é a responsabilidade cívica de cada um. Acha que se deve tentar puxar mais um bocadinho disso porque, que se calhar, ao colocar lá mais infraestruturas que reforcem a capacidade de recolha, pode estar-se a fazer um convite para que deixem lá o lixo. Não obstante esta sua opinião, houve de facto a preocupação de reforçar, até porque havia associada uma dificuldade para a própria empresa que recolhe o lixo, com contentores de seiscentos litros que não ficavam bem mas aumentavam a capacidade de recolha. Aconteceu o que aconteceu porque toda a gente sabe que vivemos numa terra que sente muito esta sazonalidade mas é da opinião que esta questão da educação cívica deveria ser abordada antes da questão da responsabilidade. Sobre a questão das infraestruturas e das condições que são criadas aos turistas, ouviu aqui falar em fazer o óbvio mas importa perceber como. Gostaria de perceber se a ideia é fazer este óbvio a expensas próprias ou fazer este óbvio da forma que se está a tentar fazer que é trabalhar todos os dias no sentido de tentar encontrar um programa de financiamento onde se possa enquadrar aquele que é o investimento que se pretende fazer, e que já foi até noticiado em 2010, que é o contacto estabelecido quer com o ICNF, quer com a própria UTAD, no sentido de ser desenvolvido um projeto que possa criar infraestruturas, não só de ordenamento, mas também de apoio à visitação. Realçou que o executivo sabe o que quer fazer mas também sabe que é um investimento de monta pelo que se torna necessário criar essas condições para que se abra uma linha de financiamento que o permita fazer. Neste caso, existe muito dinheiro em regime de overbooking só, que para mal dos nossos pecados, foi colocado um critério que é o estado de maturidade., isto é, todas as candidaturas que sejam apresentadas em regime de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

overbooking têm que ter uma taxa de execução ou então estarem adjudicadas. Ora, para câmaras como a de Mondim que não dispõe de fundos próprios para poder adjudicar, que necessitam de ter os programas financiados e aprovados para poderem adjudicar, como é que é possível adjudicar se não há dinheiro para o fazer? Perante isto, a autarquia terá que conseguir encontrar condições no âmbito do próximo quadro comunitário. No entanto, referiu que há muito trabalho que é feito a pensar não só no espaço do Parque Natural do Alvão mas também nas Freguesias, estando a Câmara a colaborar na elaboração da Carta do Desporto do Parque Natural do Alvão, documento que neste momento está à espera de publicação e que vai mudar significativamente a forma como as pessoas acedem ao Parque Natural do Alvão para a prática do desporto. Acrescentou que estava a chegar de uma reunião cujo objetivo é relançar a candidatura à renovação da Carta Europeia do Turismo Sustentável do Parque Natural do Alvão, estando-se a trabalhar com operadores, restaurantes, empresas de animação e alojamentos do concelho. Sobre a transferência de competências, esclareceu que todos os dias se discutia a transferência de competências e em que condições. Realçou que, como era do conhecimento de todos, a Câmara depende em larga medida dos programas ocupacionais, o que significa ter maior ou menor capacidade para a manutenção de vias. Está em estudo a real necessidade de transferência de competências sendo que, a haver transferência de competências, é claro que será dada prioridade às freguesias limítrofes porque a Câmara têm uma despesa associada com a deslocação. Manifestou que queria reforçar o que foi dito mas que não deixa de ser engraçado que a Junta de Freguesia de Mondim seja a única que, de certa forma, se esconde atrás desta necessidade de transferência de competências para nada fazer de forma pró-ativa em relação a esta questão. Concluiu dizendo que, se calhar, nem a própria Junta sabe as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

suas competências dando como exemplo um episódio recente que foi a chamada «Operação Tapa Buracos» promovida pela Junta de Freguesia de Mondim de Basto. Entende que, nessa altura, não houve a mínima preocupação em saber se aquelas ruas eram da competência da Junta ou da Câmara, levantando-se a questão sobre os objetivos desta operação. Inclusive a Câmara comunicou à Junta que tinha sido tapado um buraco que estava no âmbito duma patologia da garantia do empreiteiro, sendo que essa mesma rua necessita de limpeza e a Junta empurrou a responsabilidade para a Câmara. Sabe que a situação em que se vive é uma situação de recursos escassos e que a Câmara, mesmo com os poucos recursos, conseguir limpar cento e catorze quilómetros de via, o que o deixa muito satisfeito com aquilo que é a performance dos serviços. Concluiu dizendo que, nesta altura, não há uma opção entre o bom e o mau, mas sim uma opção é entre o desejável e o possível. -----

O senhor deputado Francisco Miguel Barros da Silva Ramos ausentou-se da reunião. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para responder a uma questão colocada pela senhora deputada Marília Coelho Ribeiro Costa sobre a estratégia da Assembleia para esclarecer que compete ao Presidente da Mesa convocar as reuniões da Assembleia e que, por norma reúne, com o Presidente da Câmara para agendar a reunião e verificar qual a melhor altura atendendo às reuniões de Câmara donde serão extraídos os documentos que vêm à Assembleia. Esta reunião foi agendada em meados de agosto, fez-se de imediato a convocação mas havia documentos por aprovar em nove de setembro. Nesse sentido, só poderiam ser enviados os documentos a partir do dia dez, daí que o agendamento para o dia dezanove foi uma questão legal. Não é nenhuma estratégia política. Quanto à questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre a CIM do Ave houve apenas a realização de três reuniões onde foi discutida a tomada de posse e o orçamento e a execução do plano anterior. Ou seja, na CIM do Ave não houve nenhum assunto que pudesse ser aqui trazido. Terminou esclarecendo que, quando os requerimentos lhe são dirigidos os remete para as pessoas que podem dar resposta. Afirmou que a Câmara, dentro da disponibilidade, responde a todos, desconhecendo que faltava uma resposta mas informou que iria verificar. -----

O representante da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Avelino Oliveira Silva, como direito de resposta ao repto lançado pelo Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para dizer que as festas do concelho implicam todas as freguesias e que, como tal, se a Câmara convidar a Junta de Freguesia de Mondim de Basto para fazer parte de uma comissão, esta terá imenso gosto em integrá-la e então poderão ser discutidas as verbas. Relativamente à questão da delegação de competências, reiterou que apenas pretendia saber se a Câmara está disposta a delegar as competências solicitadas uma vez que a Junta de Mondim está disposta a recebê-las e que, uma vez que o senhor Presidente da Câmara também falou no cemitério, referiu que também estavam dispostos a negociar quaisquer competências que quiserem atribuir. Relativamente à transparência, considera que existe um comportamento muito distinto: enquanto o senhor Presidente demora o tempo que entende a responder aos requerimentos, que é um direito, a Junta de Freguesia, aos requerimentos que lhe são pedidos, responde nos prazos definidos na Lei. Quanto à questão dos buracos, afirmou que a Junta de Freguesia estabeleceu um plano de atividades, estabeleceu as suas orientações à semelhança da Câmara Municipal que também tem um plano de atividades e estabeleceu um conjunto de orientações. Face ao exposto, considera ser legítimo poder questionar as orientações que a Câmara fez e que, se o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Presidente, como munícipe que é, quiser ir à Junta de Freguesia discutir o plano de atividades e mostrar a sua discordância, a porta está aberta, as reuniões são públicas. Relativamente aos buracos referido pelo senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva, estando este já na Câmara há um conjunto de anos, referiu que a Junta de Freguesia faz a limpeza dos caminhos que já limpava há três e quatro anos, mas que a mesma está disposta a limpar mais mas, como esses são da Câmara, desejam saber se a Câmara está ou não disposta a fazer a delegação de competências sobre eles. Quanto à operação dos tapa-buracos referida, considera que esta foi um bom incentivo e uma boa medida para que a Câmara começasse a tapá-los. -----

A senhora deputada Marília Ribeiro da Costa usou da palavra para referir que o senhor Presidente da Câmara tinha puxado um bocadinho as orelhas ao deputados ao mencionar que se tivessem estado presentes na inauguração do Centro Social de Atei teriam estado informados para não dizer aquilo que disseram. Sobre esta matéria, a senhora deputada referiu que, tendo sido realizada a inauguração em horário laboral, não lhe foi possível estar presente pelo facto de laborar, sendo que se a mesma inauguração tivesse sido em horário pós-laboral poderia ter estado presente. Isto aplica-se ao assunto há pouco falado em relação às reuniões de Câmara e à senhora Vereadora. A senhora deputada pensa que a Câmara tem flexibilidade suficiente para compensar os tempos aos seus funcionários, o que já tem feito. Sobre o que o senhor Presidente da Câmara disse sobre os requerimentos, e se restarem dúvidas ouça-se a gravação, esclareceu que tinha dito que tinha feito muitos requerimentos à Mesa e que, desses requerimentos todos, só obteve resposta aos dois últimos, tendo lido as respostas. Relativamente à Banda Filarmónica, referiu que já trazia este assunto para incluir na informação do executivo mas, uma vez que o assunto já foi falado e aproveitando para responder ao puxão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de orelhas do senhor Presidente, passou a ler o texto que se transcreve: «*Quero deixar aqui expresso o meu agradecimento a todos quantos colaboraram e se empenharam por esta causa. Quero aqui deixar ao Senhor Presidente da Câmara o meu muito obrigado por ter adotado umas das propostas do programa eleitoral da coligação “Juntos Pela Nossa Terra”. Significa que na ausência de um programa eleitoral se tem a humildade de reconhecer as propostas dos programas eleitorais da oposição. E, como o que interessa é fazer o bem, independentemente de quem o faz, aqui deixo os meus agradecimentos e votos de muito sucesso. Contudo, não posso deixar de questionar o seguinte: Consultei muitas vezes a página do município e não encontrei qualquer informação sobre a Banda Filarmónica Mondinense. Dirigi-me aos serviços de atendimento de entrada na Câmara Municipal e pedi informação. Fui informada de que não estava nada na página, mas a funcionária tinha consigo um documento onde poderia fazer a inscrição. Assim questiono: Onde posso consultar o projeto de revitalização da banda que se diz a mais antiga do país? Onde posso encontrar o regulamento de funcionamento da Banda Filarmónica Mondinense? Como foi feita a inscrição dos músicos? Qual o contrato de trabalho que está estabelecido com o maestro? Agradeço resposta a todas a estas questões, no sentido de poder estudar e analisar, a fim de equacionar uma possível entrada na Banda Filarmónica Mondinense.*» -----

O senhor deputado João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para ser muito breve e objetivo. Ficou contente por verificar que o Pousadouro tivesse passado do esquecimento absoluto para vir servir de combate político, não sendo essa a intenção pois, se fosse, certamente que o seu colega de bancada o teria abordado nos inúmeros lugares de que falou. Isto deveu-se a um contacto e meramente aquilo que fez foi dar conhecimento dele, sem intenções, nem estratégia, e pôr-se à disposição para uma solução eventual do problema. Relativamente à segunda questão que levantou, para si é evidente que o senhor Presidente não é obrigado a saber de tudo nem ao pormenor, sendo que, no entanto, solicitava que numa próxima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

reunião lhe fosse dado conhecimento se efetivamente a declaração de viabilidade ambiental foi já emitida para a concessão da Declaração de Impacte Ambiental. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra se referir à questão da resposta à resposta: é colocada uma questão, o Presidente da Câmara responde. Considera que não se pode usar a defesa da honra para vir responder à resposta da resposta. Sobre a Banda de Música, perguntou à senhor deputada se fazia sentido ir ao Balcão Único da Câmara ou ao site da Câmara para uma possível integração? Informou que, se quisesse integrar a Banda de Música, falasse diretamente com as pessoas que estas certamente lhe dariam a informação. Considera que não vale a pena, aos projetos que correm bem, acrescentar problemas. Sobre a questão do contrato, referiu que este foi à reunião de Câmara pelo que esta questão está devidamente esclarecida. Terminou dizendo que, se este assunto estava no programa eleitoral da coligação, ótimo, pena é que o não tenha sido tão bom, mas paciência, pode ser que para a próxima corra melhor. -----

1.3 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata reunião de 25 de junho de 2014 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de junho de 2014 que foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e três abstenções-----

2.2- Renovação da deliberação da Assembleia Municipal para autorização de abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Sociologia -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Renovação da deliberação da Assembleia Municipal para autorização de abertura de um procedimento concursal – Técnico Superior em Sociologia que foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção.** -----

2.3- Décima Modificação ao Orçamento - Segunda Revisão Orçamental de 2014 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da Décima Modificação ao Orçamento - Segunda Revisão Orçamental de 2014 que foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção.** -----

2.4- Definição de taxas de IMI e participação no IRS -----

O representante da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Avelino Oliveira Silva, usou da palavra para dizer que se deve olhar para este órgão e perceber-se que este órgão é um órgão político e que todos os assuntos são de carácter político, estando os deputados mandatados para estar aqui. Relativamente ao IMI, referiu que discordava completamente da proposta do executivo: o ano passado este desceu 0.33, este ano a proposta é 0.32. Acrescentou que percebia a intenção do executivo que é chegar ao fim do mandato com a descida até os 0.30 que é o limite mínimo. Entende que deixou de haver cláusula de salvaguarda pois as receitas do IMI, no presente ano, aumentaram e aumentaram bastante. Face a isto, o município arrecadou mais dinheiro do IMI. Na sua opinião, havendo mais receita, deixando de haver cláusula de salvaguarda, percebendo que aqui há um imposto, percebendo que quem tem casa está a pagar pelo justo valor da avaliação, e percebendo que, mesmo assim reduzindo, os valores vão aumentar drasticamente, seria favorável diminuir para o valor mínimo. No entanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

entende que os valores não diminuiram porque para os municípios as receitas vão aumentar. Considera que, se queremos que se construam casas e que se melhorem as habitações nada melhor do que aplicar uma taxa mais reduzida, minimizando as dificuldades dos contribuintes. Relativamente ao IRS, defende que a Câmara deve deixar de arrecadar de alguma forma a taxa de IRS, deve disponibilizá-la, tendo em consideração o panorama atual de que o concelho está a ficar desertificado. É uma migalha mas há migalhas que dizem muito. ---

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que ouviu com atenção a intervenção do senhor deputado mas que tinha alguma dificuldade em responder pois isso obrigaria a um exercício de demagogia. Referiu que a Câmara não pode descer abaixo dos 0.3 e que o senhor deputado devia ter estudado essa questão. A Câmara comprometeu-se, no relatório de saneamento financeiro, a maximizar as receitas e não o está a fazer porque a Câmara, que tem uma boa gestão financeira, pode se dar a esse luxo. Os munícipes têm uma boa Câmara que apresenta bons resultados financeiros e por essa razão a Câmara pode descer o IMI. Referiu que houve outras câmaras que em 2010 fizeram o mesmo percurso só que não tiveram o mesmo sucesso e agora o IMI é 0.5. Considera que a Câmara Municipal não está a sobrecarregar os contribuintes e que, se a Câmara cobrasse o valor máximo, a diferença seria de cerca de duzentos mil euros que muito jeito dava. Fez-se uma opção política que foi não aumentar a água, como muitos municípios fizeram, e não ter o IMI no máximo. Relativamente ao IRS, o senhor Presidente da Câmara perguntou ao senhor deputado se sabia quanto é que representa o IRS no orçamento da Câmara. Na falta de resposta, o senhor Presidente da Câmara afirmou que ficaram todos a saber que o senhor deputado não faz ideia da proposta que apresentou, querendo baixar o IRS mas não sabendo qual o valor da receita a arrecadar. Entende que quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apresenta propostas que têm a ver com a gestão financeira da Câmara e com os contribuintes sem ter um número é irresponsável e demagógico. Sobre este assunto, o senhor Presidente informou que o IRS a arrecadar representa oitenta e três mil euros. Esclareceu que a Câmara tinha duas opções (IRS ou IMI), não sendo possíveis baixar as duas ao mesmo tempo. O executivo irá manter o rigor financeiro da Câmara e, entre o IMI e o IRS, considerou que o IMI era socialmente mais justo - há mais pessoas a ter casa própria e a pagar IMI do que pessoas a pagar IRS. Quando um dia a Câmara estiver em condições, aí sim poder-se-á pensar em descer o IRS. Para terminar, acha que não se devem apresentar propostas sem saber o impacto que isso tem no orçamento da Câmara. -----

O representante da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Avelino Oliveira Silva, referiu que gostava de ver o senhor Presidente da Câmara em forma e a responder às perguntas que o próprio coloca aos deputados. Considera que é um bom jogo interpretativo. O senhor deputado referiu que o que queria era o IMI nos 0.30. Para terminar, lembrou que há pouco tinha sido colocada a questão das eólicas e a interrogação sobre o destino dos cento e quarenta mil euros, pelo que deixou a seguinte dinâmica: há tempos atrás viu uma estátua, tão bela e interessante, não sabe quanto custou, mas, se calhar, em vez da estátua, fazia medidas tais como baixar o IRS e o IMI. -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação Proposta da Definição de taxas de IMI e participação no IRS que foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e três votos contra.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A senhora deputada Marília Ribeiro da Costa fez a sua declaração de voto no sentido favorável porque considera que pode ser pouco mas é algum e algum é bom. -----

2.5- Informação - Relatório Semestral de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não houve nenhuma intervenção. --

2.6- Informação do Executivo -----

A senhora deputada Marília Ribeiro da Costa usou da palavra para referir que, no que respeita às iniciativas municipais, havia uma que iria referir por ter visto no facebook mas que não consta da informação e que é a atribuição dos cheques para a aquisição dos manuais escolares. Não esteve presente mas viu as fotografias e referiu que não se identifica com esta forma de distribuir o apoio social: toda a gente em público a receber o cheque. Sugeriu que o cheque de apoio social fosse dado a conhecer à pessoa que dele tinha direito, a pessoa deslocar-se-ia aos serviços da tesouraria e a Câmara podia fazer na mesma uma notícia do apoio concedido porque a Câmara não está a fazer favor nenhum, está apenas a cumprir um dever institucional que vem dos impostos dos munícipes. Acha que não há necessidade de expor as pessoas assim publicamente a esta entrega de cheques. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 5 de dezembro de 2014, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----
